

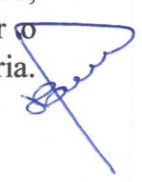


ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE PATOS
CASA JUVENAL LÚCIO DE SOUSA

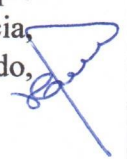
ATA DA 6ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO 2º PERÍODO DA 19ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PATOS-PB, COM O OBJETIVO DE APRESENTAR, DISCUTIR E COLETAR CONTRIBUIÇÕES DA SOCIEDADE PARA A LEIORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA) 2026, EM OBSERVÂNCIA AOS PRINCÍPIOS DA TRANSPARÊNCIA E DA PARTICIPAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA, REALIZADA NO DIA 12 DE NOVEMBRO DE 2025.

Aos doze dias do mês de novembro do ano dois mil e vinte e cinco, com início às dezenove horas, em sua sede, localizada na Rua Horácio Nóbrega, nº 600, no Bairro Belo Horizonte, nesta cidade, reuniu-se a Câmara Municipal de Patos, sob a presidência da Vereadora Valtide Paulino Santos, secretariada pelo Vereador José Ítalo Gomes Cândido. Compareceram a esta Audiência os Vereadores e Vereadoras: Brenna Victória Leonardo Ferreira Nóbrega (PSB), Jônatas Kaiky de Oliveira Santana (REPUBLICANOS), José Ítalo Gomes Cândido (REPUBLICANOS), Maria de Fátima Medeiros de Maria (REPUBLICANOS), Marilucia de Lira Souza (REPUBLICANOS), Samuel Figueiredo Ferreira Lima (PSB) e Valtide Paulino Santos (REPUBLICANOS), em um total de 07 (sete) Vereadores e Vereadoras. A Vereadora Maria de Fátima Medeiros justificou a ausência do Vereador Rafael Gomes Dantas, por doença; do Vereador Maikon Roberto Minervino, participando de uma audiência; dos Vereadores David Carneiro Maia e Decilânio Cândido da Silva, por motivo superior. A Vereadora Brenna Nóbrega Justificou a ausência da Vereadora Nadigerlane Rodrigues de Carvalho Almeida Guedes, trabalhando em plantão. Designadas pela senhora Presidente, as Vereadoras Maria de Fátima Medeiros e Marilucia de Lira receberam os seguintes convidados: Antônio Marcos, Secretário da Receita; Ulisses Neto, Secretário da Juventude; Eveline Oliveira, representando a Contabilidade Clair Leitão; Sávio Salvador, Secretário das Relações Institucionais; Francicleide Mendes, Diretora da Escola Alyrio Wanderley, representando a Secretaria de Educação, e Janiere, representando os profissionais de apoio da educação do nosso município. A Senhora Presidente declarou aberta a Sessão: “Sob a proteção de DEUS e de Nossa Senhora da Guia, Padroeira de nossa cidade, em nome do povo patoense, declaro iniciados os nossos trabalhos”. Com a palavra, o 1º Secretário, após cumprimentar a todos, procedeu a seguinte leitura: “PODER LEGISLATIVO. CÂMARA MUNICIPAL DE PATOS. CASA JUVENAL LÚCIO DE SOUSA. REQUERIMENTO Nº 1.660/2025 – REQUER DA MESA DIRETORA AGENDAR PARA O DIA 12 DE NOVEMBRO, ÀS 19H, AUDIÊNCIA PÚBLICA, COM O OBJETIVO DE APRESENTAR, DISCUTIR E COLETAR CONTRIBUIÇÕES DA SOCIEDADE PARA A LEIORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA 2026, EM OBSERVÂNCIA AOS PRINCÍPIOS DA TRANSPARÊNCIA E DA PARTICIPAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA. Na forma regimental depois de consultado o Plenário, requeiro da Mesa Diretora agendar para o dia doze de novembro, às dezenove horas, Audiência Pública com o objetivo de apresentar, discutir e coletar atribuições da sociedade para elaboração da Lei

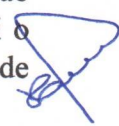
Orçamentária Anual - LOA 2026, em observância aos princípios da transparência e participação da gestão pública. JUSTIFICATIVA: A realização da Audiência Pública para discussão da Lei Orçamentária Anual - LOA 2026, justifica-se pela necessidade de assegurar a transparência e a participação popular no processo de planejamento e execução das finanças públicas municipais. A LOA é o instrumento legal que estabelece as prioridades e as metas de aplicação dos recursos públicos para o exercício financeiro, orientando a execução das políticas públicas e o atendimento das demandas da sociedade. Por meio desta Audiência, busca-se garantir que a elaboração do orçamento seja pautada em critérios técnicos, democráticos e participativos, permitindo que cidadãos, entidades representativas e demais segmentos da comunidade possam contribuir com sugestões e observações. Desta forma, reforça-se o compromisso da administração pública com a gestão responsável, eficiente e alinhadas com os interesses coletivos. SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PATOS. CASA JUVENAL LÚCIO DE SOUSA. Em 03 de novembro de 2025. Valtide Paulino Santos - Vereadora/Autora. Subscrita pelos Vereadores: José Ítalo Gomes Cândido, Marilucia de Lira Sousa, Maria de Fátima Medeiros de Maria, Brenna Victória Leonardo Ferreira Nóbrega e Jonatas Kaiky de Oliveira Santana.” Atendendo convite da senhora Presidente, fez uso da palavra, o senhor Antônio Marcos - Secretário da Receita do Município de Patos-PB: “Excelentíssima Senhora Presidente desta Casa Legislativa, Tide Eduardo, a quem eu saúdo os demais vereadores e vereadoras aqui presentes. Saúdo também a representante do Escritório Clair Leitão, a senhora Eveline, saúdo os demais secretários aqui presentes, na pessoa do meu amigo Ulisses Neto e do meu amigo Sávio Salvador. Por fim, tão quão importante, saúdo a todos os cidadãos e cidadãs patoenses aqui presentes, e os que nos acompanham pelas redes sociais. A discussão da Lei Orçamentária Anual é talvez o momento mais decisivo do calendário institucional de qualquer cidade, não sendo diferente aqui na cidade de Patos. É nela que o município define prioridades, estabelece metas concretas e organiza os recursos que irão sustentar as políticas públicas ao longo do ano. Neste caso, estamos falando do ano de dois mil e vinte seis. É em essencial o processo em que se transforma a vontade política e realidade administrativa. E aqui é importante dizer, não só a vontade política do Executivo, como também de Vossas Excelências, Vereadores. Patos só avança quando o seu orçamento é forte, verdadeiro e responsável. A LOA não é algo fictício, ela tem que ser baseada em princípios concretos e na realidade trazida principalmente pela Secretaria de Receita. Antes de falarmos de obras, programas sociais, investimentos em saúde, educação, infraestrutura ou desenvolvimento econômico, precisamos responder uma pergunta fundamental: de onde virão todos os recursos para realizar tudo isso? Porque não é apenas a boa vontade, sem os recursos financeiros o gestor não consegue trazer pra sociedade todas as suas demandas. É justamente nesse ponto que a Secretaria Municipal de Receita assume um papel indispensável, senhores e senhoras. Não somos apenas um setor administrativo, somos o órgão que garante a base financeira de toda gestão, somos a estrutura que assegura que as políticas públicas tenham sustentação concreta, que o planejamento saia do papel e que o município avance com responsabilidade, sobretudo, responsabilidade fiscal. A receita é ao mesmo tempo, diagnóstico e estratégia. E aqui eu faço questão de explicar a vocês o porquê dessas duas nomenclaturas. Diagnóstico, porque revela a saúde fiscal do município, sua capacidade econômica e suas perspectivas de crescimento; estratégia, porque direciona caminhos para ampliação, arrecadação, sem sacrificar o contribuinte, fortalecendo, sobretudo, a justiça fiscal e melhorando a eficiência tributária.



Quando a Secretaria de Receita apresenta suas projeções, e aqui Eveline é testemunha, não estamos lidando com estimativas superficiais, trabalhamos com análises profundas; desempenho histórico das receitas, nos últimos anos; variações econômicas que impactam diretamente a arrecadação; comportamento dos principais setores tributáveis; efeitos de políticas fiscais já implantadas ou implantação. E aqui eu abro um parêntese para salientar a responsabilidade, Vereador Ítalo, que vocês, enquanto parte do Poder Legislativo, têm quanto da aprovação das leis que chegam até essa Casa, porque muitas vezes se cobra muito de uma política fiscal branda, uma política fiscal que não sacrifica o contribuinte, mas não é só isso, é ter uma política fiscal que atenda as demandas do município. Não é pagar mais ou pagar menos, Vereadora Fátima Bocão, mas pagar de forma justa. Temos também o potencial de crescimento das receitas próprias, analisamos riscos fiscais que podem comprometer o orçamento, avaliação de renúncias fiscais e de seus impactos sociais, estudos comparativos com municípios semelhantes. Projeções econômicas estaduais e nacionais vereadores e vereadoras, também impactam no nosso orçamento, como exemplo do FPM, de ICMS e outras referências de tributos que são direcionadas ao nosso município, de outras receitas. Nada disso é improvisado, nada disso é suposição, cada número apresentado, senhoras e senhores aqui presentes, tem fundamento técnico, metodologia clara e compromisso, sobretudo, institucional. E aqui é importante dizer com todas as letras, um orçamento mal construído, cobra um preço muito alto, quando se superestima a receita, daí a importância da Secretaria de Receita do seu corpo técnico, a cidade paga com a frustração, com paralisação de obras, serviços interrompidos e perdas de investimentos, e limitamos a transformação que a população tanto espera de nós. A LOA é um instrumento de equilíbrio e responsabilidade. E esse equilíbrio nasce da precisão das estimativas feitas pela Secretaria de Receita, juntamente com o seu corpo contábil e financeiro. Senhores Vereadores e Vereadoras, a Receita trabalha para garantir que o município tenha condições reais de cumprir aquilo que promete a população. E esse trabalho está diretamente ligado, como bem dizia anteriormente, à justiça fiscal, um princípio que considero essencial no debate orçamentário. Justiça fiscal, significa que ninguém paga mais do que deve, ninguém paga menos do que deve, todos contribuem na medida correta de suas responsabilidades; significa modernizar a gestão tributária, digitalizar processos, capacitar equipes, combater a sonegação, orientar o contribuinte e fortalecer, sobretudo, a relação de confiança entre o cidadão e a administração pública. A justiça fiscal não é apenas uma política tributária, ela é uma política social, porque garante recursos para investir onde mais importa. É uma política urbana, porque promove desenvolvimento sustentável e, é uma política econômica porque cria ambiente saudável para quem trabalha e empreende em Patos. E aqui é importante dizer, a LOA ela não é só feita para o gestor, ela é feita para toda sociedade, não só como o cidadão que recebe os serviços, mas também como aquelas pessoas que querem empreender no nosso município. Daí também sua importância. E é exatamente por isso que afirmo, com total convicção, que não existe LOA forte sem uma receita forte, responsável, técnica e comprometida com o bem-estar não só da arrecadação, mas de toda população. Não existe planejamento estratégico sem uma análise correta da capacidade de arrecadação. Não existe política pública séria que sobreviva a falta de precisão dos números, principalmente, senhores e senhoras, diante da reforma tributária que se aproxima. Se nós não tivermos responsabilidade com o que votamos, com o que aprovamos e com o que direcionamos para a população, nosso município irá sofrer. Por isso a importância, Vereadora Tide, desse debate aqui, por isso que o Tribunal de Contas está cobrando,



Vereadora Lúcia e Vereador Samuel, que nós façamos esse papel aqui, de trazer a população presente para esta Casa, trazer os órgãos competentes e técnicos, para debater essa Lei Orçamentária Anual. A Secretaria de Receita não é um setor que apenas participa do processo orçamentário, ela é o ponto de partida, ela é o alicerce técnico que sustenta todas as outras áreas: saúde, educação, assistência social, infraestrutura, cultura, esporte, meio ambiente, todos dependem dessa base. Quando a receita faz um trabalho sério, todos os demais setores têm condições de planejar, executar e entregar o que tanto se espera aqui, que são os resultados para a população. Por isso, reafirmo que a importância do diálogo permanente entre o Executivo e esta Casa Legislativa. A construção da LOA deve ser um processo transparente, como que aqui está acontecendo, participativo e honesto, assim como está acontecendo neste momento, repito, de forma ampla, de forma democrática. Não se trata de uma disputa de narrativas, mas de um pacto, sobretudo, pela verdade. A população merece um orçamento construído sobre dados reais, e não sobre expectativas irreais ou pressões momentâneas. Senhores e senhoras, um orçamento bem elaborado não é só um documento técnico, ele é também um pacto político. Ele define não apenas como vamos administrar o ano seguinte, mas qual caminho a cidade vai trilhar, Vereadora Brenna. E isso aqui é onde se mostra a grande responsabilidade desta Casa, ao aprovar, ao analisar a Lei Orçamentária Anual de dois mil e vinte seis. E a Secretaria de Receita de Patos se compromete, diariamente, a garantir que esse pacto seja realista, responsável e sustentável. Estamos aqui para garantir que a LOA seja sólida, que ela seja viável e seja, sobretudo, justa e capaz de transformar ideias em resultados. Patos precisa de um orçamento que respeite o contribuinte, fortaleça o desenvolvimento e amplie a capacidade de investimento no município, Patos vive seu melhor momento em termos de crescimento em termos de política em termos de gestão, e fazer esse papel aqui, Vereador Jonas Kaiky, que estamos fazendo também é uma forma de fortalecer e impulsionar cada vez mais o crescimento da nossa cidade. A Secretaria de Receita segue firme no seu compromisso, fortalecer a responsabilidade fiscal, ampliar a eficiência da arrecadação que nos últimos anos está sendo destaque, no Estado da Paraíba, como uma das secretarias de receitas que melhor vem administrando dentro de sua competência. É uma das secretarias que mais cresceu em termos de arrecadação nos últimos dois anos, Vereadora Tide. Garantir justiça tributária e entregar toda a base necessária para que Patos cresça com equilíbrio e visão de futuro. E para deixar isso claro, vamos a alguns exemplos muito práticos da realidade da nossa cidade de Patos: IPTU bem estruturado é pavimentação chegando nos bairros. Quando utilizamos cadastros, modernizamos a planta genérica; essa planta genérica que já foi votada aqui, por Vossas Excelências, em outro momento, que foi corrigida. Foram corrigidas as defasagens. E não estamos falando apenas de número em carnê, nem de aumento de carga tributária, estamos falando de ruas como as do São Sebastião e do Monte Castelo, que finalmente vêm recebendo pavimentação, depois de décadas de espera. Em uma das inaugurações que ocorreu lá no Monte Castelo, Jatobá, uma moradora dizia que há mais de vinte e cinco anos esperava o calçamento, mas que nunca tinha perdido a esperança, porque acreditava no que Nabor tinha prometido. Cada imóvel corretamente cadastrado representa metros de calçamentos que saem do sonho e vira chão firme. Um ISS forte significa geração de emprego. Cada microempresa regularizada, cada prestador formalizado, cada serviço declarado corretamente, aumenta a capacidade do município em investir em qualificação profissional, ou desburocratização para novos negócios. Semana passada, eu escutei o Vereador Josmá, a quem eu tenho bastante admiração, falando de um possível excesso de



burocratização na emissão de um alvará. E aqui eu digo, Vereadores e Vereadoras, é um compromisso da nossa gestão, é um compromisso do Prefeito Nabor Wanderley, incentivar cada vez mais a instalação de empresas em Patos, assim como fez quando trouxe a AeC, gerando mais de mil empregos em nossa cidade. Então existem pontos e fatos que muitas vezes não condizem com a realidade que chega até Vossas Excelências, e que por isso que é importante esse debate, saber realmente como se trata aquela situação. A questão de emissão de alvará, a questão de regularização de empresa e de instalação, é uma matéria muito complexa, e varia de acordo com o serviço que vai ser prestado, de acordo com aquela atividade que vai ser realizada no município. Por exemplo, a instalação de um depósito de gás de cozinha não pode ser concedido um alvará de todo jeito. A burocratização muitas vezes é necessária para garantir a segurança do vizinho daquele estabelecimento, para garantir que pessoas não sofram, depois, com as consequências de uma licença mal dada, mal concedida, pelo Meio Ambiente. Então a gente tem de compreender essa realidade como um todo, pensando, sobretudo, não só na geração de emprego, mas também no bem coletivo, porque não adianta gerar emprego de forma irresponsável, que vá colocar em risco a vida de pessoas em nome do capital. Então, mais uma vez, a Secretaria de Receita vem justamente dizer que nós estamos aqui comprometidos com a desburocratização das nossas atividades, mas também mantemos dentro da legalidade e dentro do bom senso. Taxas bem administradas garantem saúde pública funcionando. Uma simples taxa de fiscalização, quando aplicada com justiça, se transforma em combustível para as ambulâncias, insumos básicos, melhorias no atendimento e até a contratação de novos profissionais de saúde. Quem vê o serviço funcionando na ponta, nem imagina que tudo começa na arrecadação correta de receitas pequenas, mas que fazem toda a diferença, Vereadores, na vida dos cidadãos. Cobrar é fácil, mas entender todo o projeto, todo o trâmite, para que aquele serviço seja disponibilizado, nem todo mundo tem a sensibilidade de entender, que o serviço começa, que ele vai receber, a partir de hoje, a partir deste debate que estamos trazendo aqui na confecção desta LOA. Combate à sonegação fiscal e a justiça social, que foi uma grande bandeira, desde que assumimos a secretaria. Quando recuperamos valores que não estavam sendo declarados ao município, estamos garantindo que crianças tenham merenda de qualidade, que uma escola possa ser climatizada, que um posto de saúde tenha medicamentos. Não é sobre cobrar mais, Vereadores e Vereadoras, cidadãos e cidadãs aqui presentes, mas é sobre corrigir desigualdades. Sonegação fiscal não prejudica o governo, prejudica gente, prejudica eu, prejudica você, prejudica aquele que precisa ter os serviços fornecidos pelo município de forma eficiente e eficaz. Modernização fiscal libera recursos para investimentos, dados, ou ampliamos a fiscalização inteligente, reduzimos desperdícios e aumentamos a eficiência. Essa economia vira investimento em infraestrutura, iluminação, segurança pública. Não é aumento de carga tributária que aqui eu trago pra vocês, é aumento de inteligência administrativa. Assim, o orçamento não é apenas uma peça técnica, e Eveline há de concordar comigo, ela tem alma, ela tem impacto, ela tem um rosto. Quem olha o número na LOA, na Lei Orçamentária Anual, não vê o olhar de uma criança entrando em uma sala de aula climatizada, pela primeira vez, a Secretaria de Receita vê, a gente tem essa sensibilidade, por isso que a gente vai atrás do recurso para garantir que as pessoas que mais precisam tenham os serviços disponibilizados, porque sabemos que foi arrecadação responsável que pagou por aquela melhoria. Quem vê uma linha de receita, não enxerga a emoção de uma mãe que encontra atendimento rápido na UPA, numa madrugada difícil. A receita enxerga porque sabemos

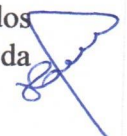


que cada centavo fiscalizado ali ajudou a manter aquela estrutura de pé. Quem observa os valores de transferências e receitas próprias, muitas vezes não percebe a alegria de um morador que recebe a pavimentação da porta de sua casa, após anos de poeira e lama; a receita percebe, porque sabemos que aquela obra só existe porque a arrecadação foi tratada com rigor, responsabilidade e compromisso do gestor público. Por isso digo sem hesitar: o orçamento é o instrumento mais social que existe, Eveline. Um orçamento bem feito salva vidas, gera dignidade e constrói oportunidades, não é apenas técnico, ele é profundamente humano. E a Secretaria Municipal de Receita carrega essa responsabilidade todos os dias, senhores e senhoras, não apenas garantindo que o município arrecade, mas garantindo que arrecade com justiça, com equilíbrio e com respeito ao contribuinte. Senhores Vereadores e Vereadoras aqui presentes, a LOA precisa nascer da verdade, da verdade dos números, da verdade da capacidade financeira, da verdade do impacto social que cada receita representa. Nosso papel é garantir, enquanto Secretaria de Receita, que essa verdade, com rigor e transparência, venha ser colocada no papel. A Secretaria de Receita está totalmente aberta ao diálogo, como sempre esteve com esta Casa Legislativa, sempre à disposição para esclarecimentos. Sabemos que matéria tributária não é uma matéria fácil de domínio, é uma matéria muito técnica, que eu procurei, da forma mais didática possível, trazer isso para os senhores e as senhoras, mostrando a importância dessa votação que acontecerá nos próximos dias. Estamos prontos para apresentar metodologias, cenários, séries histórias, projeções e justificativas. Estamos prontos para ouvir, ajustar e construir juntos, porque o orçamento não é um documento do Executivo, nem do Legislativo, ele é um compromisso da cidade consigo mesma. Por fim, a missão da Secretaria de Receita é garantir que esse compromisso seja realista, sólido e transformador, porque quando a receita é bem planejada, Patos cresce; e quando Patos cresce, a vida das pessoas melhora. E é para isso que estamos aqui. Muito obrigado". A senhora Presidente disse: "Jasmina, gostaria de convidá-la para vir participar de nossos trabalhos, você que está representando a assessoria jurídica da Controladoria Geral do nosso Município. Gostaria de convidar Rejane, que está representando o Conselho Municipal de Saúde". Atendendo convite da senhora Presidente, fez uso da palavra a senhora **Eveline Oliveira**, representando o Escritório de Contabilidade Clair Leitão Contabilidade Pública: "Primeiramente, boa noite. Boa noite a Presidente Tide, aos demais Vereadores presentes, aos nossos secretários, a população que está aqui, representada por diversos setores, e a quem nos acompanha virtualmente. Queria falar da imensa gratidão e do prazer de estar aqui representando o Escritório de Clair Leitão Contabilidade Pública, que assessora a Prefeitura hoje. Queria falar também da importância que a gente tem nos instrumentos de planejamentos. A gente hoje está discutindo um pouquinho mais da LOA. Como é Audiência Pública, gente, eu sou técnica, e técnico em contabilidade geralmente tem a parte que fala assim: 'números são frios'. Então, depois de muitos anos passando por Audiências Públicas, aprendi que não adianta eu chegar aqui e ser técnica, porque depois de escutar de um vereador dizer assim: 'contadora, a gente não quer saber número'. Números não importam aqui. Não adianta eu chegar aqui e falar o valor de FPM, valor disso, apesar de que a gente precisa disso. Eu, enquanto técnica, tenho que trazer essa parte para vocês compreenderem, mas eu falo aqui para pessoas que compreendem e falo para pessoas que podem nunca ter ouvido falar o que é uma receita, o que é uma despesa. Então eu tento ser um pouco mais clara, técnica, mas didática. A gente está em uma Audiência Pública, não está numa Sessão Ordinária, a gente pode quebrar um pouquinho da formalidade. Se alguém tiver dúvida, após aqui, eu



também estou para solucionar qualquer dúvida em relação a qualquer questão, por conta dessa questão técnica. Eu trouxe alguns slides pra gente poder acompanhar, porque número se vendo já é complexo, só falando vocês não iam nem prestar atenção. Então eu estou aqui hoje para trazer para falar de LOA, mas eu vou começar com o PPA porque 2025 é um ano atípico pra gente. A gente traz o primeiro instrumento de planejamento do setor contábil da gestão pública, de acordo com a nossa Constituição, que é formada por PPA, que é o Plano Plurianual; a LOA, que é o Planejamento Anual, e a LDO. Hoje eu vou trazer um pouquinho para gente porque o PPA é elaborado de quatro em quatro anos. Então hoje não tem como eu trazer LOA sem eu trazer um pouquinho do PPA, que está sendo elaborado, e a nossa LOA foi elaborada de acordo com as novas metas estabelecidas no PPA. Então a gente já começa com números, não tem como fugir, pessoal, de números. Mas eu peço que vocês não se apeguem. O nosso Vereador falava no início, teve uma fala muito importante quando ele dizia que a gente está aqui para atender critérios técnicos. E o nosso Secretário de Receita falou muito bem aqui que o orçamento não é uma peça de ficção, que a gente tem que seguir critérios técnicos. A gente não pega números aleatórios, eles estão aqui, mas para eles chegarem aqui, a gente seguiu toda uma técnica que não necessariamente vocês precisam ter conhecimento. Eu, ele, enquanto técnico, sim, a gente precisa ter esse conhecimento, vocês não precisam, por quê? Porque a população pode ter esse conhecimento, mas é como eu falei, são números. O que importa para a gente é a gestão, é um calçamento feito, é uma UPA construída, não é desse jeito? Todo canto que eu chego os vereadores querem saber disso, é tanto que a maioria das Câmaras querem discutir o QDD, que é onde realmente a gente vê o orçamento transformado em ações. Então o que importa é isso. Mas, eu não posso deixar de trazer para vocês. Então a gente tem em nosso PPA, que foi estabelecido através de critérios, um deles, a inflação. Aí você diz: 'Eveline, esses números vão ser realizados?'. São previsões. A gente tem a previsão de que eles serão próximos; são projeções, eles podem se concretizar, ou não; podem ser para menos, quanto podem ser para mais. Geralmente a gente tem uma previsão para mais, porque a inflação muda todo ano. Inclusive, um dos critérios é a inflação que a gente leva em consideração. Então a gente tem para 2026 em torno de seiscentos e dezessete milhões, para 2027 seiscentos e sessenta e seis milhões, e para 2029 seiscentos e noventa e dois milhões. Vocês podem ver que não é um salto gigantesco de um ano para outro, em termos de receita, de previsão para o município. Por quê? Como o Secretário falava, a gente não vai fazer uma peça fictícia e superestimar receita. Vocês podem encontrar, e aí é o critério técnico de cada contador, alguns municípios que fazem isso, porque se torna mais fácil de você manejar com a Câmara, de você trabalhar no dia-a-dia. 'Foi frustrada a receita, a gente não conseguiu realizar'. Mas por que foi frustrada? Porque, no momento do planejamento, você superestimou aquela receita. Então a gente traz para a realidade dos critérios técnicos e da realidade de cada município. Então a gente vê que não existe esse salto tão grande de um ano para outro. Aqui eu tentei não trazer tantos números, e essa é uma questão bem importante dentro do PPA, por quê? Porque ele vai nortear todos os orçamentos dentro desses quatro anos. Os quatro anos de gestão serão norteados pelo que foi definido dentro desse PPA. Então a gente chama 'eixos temáticos' dentro do PPA. Todos os outros orçamentos que vão vim em 2026, 2027, 2028 e 2029 serão elaborados de acordo com esses eixos temáticos que foram determinados no nosso PPA, e aqui estão eles: 'Assegurar o desenvolvimento equilibrado do município, por meio da modernização da gestão, fortalecimento da infraestrutura e promoção da inclusão social, cultural, produtiva e ambiental; modernizar a gestão pública com

exigência, transparência e valorização das pessoas; promover a educação de qualidade, cuidando, ensinando e transformando cidadãos, promovendo cidadania e educação; promover a saúde da população com acesso ampliado, qualidade, resolutividade e atendimento humanizado; garantir o acesso universal e qualificado à proteção social, promovendo direitos, inclusão, superação de vulnerabilidades e assegurar o desenvolvimento integral da criança na primeira infância, por meio de acessos intersociais que garantam a saúde, educação, proteção social, ambientes seguros e estimulantes'. Então vocês podem ver, por mais que Patos sejam um município com a população grande, e a gente fala de um plano para quatro anos, a gente não tem vinte eixos estratégicos. Mas por que, Eveline, você não tem vinte eixos estratégicos? Porque se tornaria algo mais complexo do município atingir, mais complexo da gente mensurar. E se vocês prestarem atenção, esses eixos temáticos estão contemplando a grande maioria das demandas da população e das demandas da gestão: saúde, educação, infraestrutura, assistência social, meio ambiente, está tudo aí. A gente tenta encaixar os demais planejamentos, tentar encaixar não, encaixa, os demais planejamentos dentro desses eixos estratégicos do PPA. Aqui a gente tem os programas temáticos, pensem no eixo estratégicos como algo maior, e o programa algo menor, que vai começar aqueles eixos estratégicos dentro deles, são os programas que em Patos também foram definidos sete. Ali tem um que está bem pequenininho, lá no final, encargos especiais. Quando eu vou para Audiência Pública, ninguém quer saber desse programa, por quê? Porque é o programa que está a dívida, é o programa que está o INSS, é o programa que estão as obrigações patronais. Então, assim, é um programa que, na prática, demanda um volume gigantesco de recursos do município, mas que para grande maioria das pessoas, a não ser para gente contador, porque quando a gente está elaborando o PPA e a LDO, é um programa que toma conta, porque geralmente é um valor considerável, mas as pessoas querem saber de saúde, educação, de assistência social, de infraestrutura. Então, hoje, o PPA de Patos apresenta os seguintes programas: Cidade viva e inteligente; Desenvolvimento com a inclusão e sustentabilidade; Educação com cidadania e inovação; Saúde da gente; Proteção Social e cuidado para todos no município de Patos; Inova Patos; cidade inteligente; Programa de atenção a primeira infância – PAI. Esse programa foi estabelecido pelo Tribunal de Contas, através de uma grande movimentação, desde o ano retrasado, que há dentro do Tribunal de Contas, e eles orientaram com a gente, através de resolução normativa, que fosse estabelecido um programa, inclusive, com código específico, que é pra gente que é contador. E Patos já saía na frente, porque Patos já tinha esse programa, já desenvolvia essas atividades, já era modelo para o Estado da Paraíba com um todo, antes do Tribunal de Contas pedir para todos os municípios da Paraíba dedicarem, dentro dos seus PPA, um programa específico para primeira infância. Então não é, hoje, uma realidade apenas de Patos, mas acredito que na grande maioria dos municípios da Paraíba, por conta da indicação do Tribunal de Contas, esse programa vai aparecer. Não diga que é um programa 'copiou, colou', que a gente ver muito. Quando a gente fala em termos técnicos de orçamento, é fácil você copiar e colar de outro município. O programa da primeira infância ele foi estabelecido pelo Tribunal de Contas, então é uma determinação do Tribunal de Contas, e a gente, enquanto assessoria técnica, orientou os nossos municípios a adotarem. Os que ainda não tinham, a gente acabou adotando. Então hoje, quando a gente fala de peça fictícia e de critérios técnicos, para quem não consegui visualizar fica mais complexo quando é número. Mas eu trouxe só dois viu, gente, eu não trouxe todos os indicadores do PPA para vocês, não. Eu só trouxe o da educação, que é mais fácil da



gente ver, da gente mensurar. É fácil para vocês quando digo que eu não pego da minha cabeça, esses indicadores estão aqui, e eu não trouxe a fonte porque a imagem ia ficar muito pequena no slide, mas tem a fonte, que todo mundo tem acesso na internet. Hoje, na educação, dentro dos quatro anos, a gente tem o indicador recente, dentro da educação esses, e a gente tem o indicador onde o município pretende chegar durante esse tempo. Eveline, isso aí você tirou da sua cabeça? Não! A gente não tira, vamos dizer assim, dados da cabeça, por mais que tenha gente que diga que contador inventa, mas não é bem assim. Falo por mim, falo por minhas colegas, falo pelo escritório onde trabalho, a gente tem todo um cuidado, tem toda uma técnica. Já são doze, treze anos no setor público, mas a gente aprendeu a conferir, aprendeu a não inventar, aprendeu a colocar fonte, aprendeu a ir atrás do secretário, quando a gente não tem, porque a gente tem esses que são fáceis de mensurar, que são fáceis da população verificar. Mas quando existe um indicador que a gente pede ao secretário, e eu tenho que dizer: 'você tem como mensurar hoje? Mais você tem como mensurar amanhã?', porque não adianta só hoje, porque eu sei onde eu estou, mas eu preciso saber para onde eu vou. E o indicador serve para isso, eu preciso mensurar hoje, e preciso poder mensurar amanhã. Então o indicador vem para isso, para melhorar a qualidade dos serviços públicos prestados no município de uma forma técnica e de uma forma que atenda as metas do PPA. Então, aqui, a gente tem avaliação do ensino fundamental, avaliação do ensino fundamental do segundo ano e do quinto ano, geralmente a gente peca os indicadores onde o município é mais deficitário pra gente tentar melhorar aqueles, e os secretários fazem isso. Estudantes com jornadas de sete horas diárias. Vocês veem ali, o índice recente é de 25% (vinte e cinco por cento), e eu quero chegar em 50% (cinquenta por cento). Então é um valor considerável de aumento. As matrículas em unidades de educação infantil, em creches, o indicador que é um número considerável de aumento, e a gente precisa ter algo para mensurar na educação infantil para trazer esse retorno, as matrículas em unidade educacional infantil em pré-escolas, de quatro a cinco anos, a gente já tem um número bem maior, atingido, um número considerado bom, mas a gente quer 100% (cem por cento), a gente não tem cem por cento ainda. E aqui eu tenho outros indicadores da saúde, que a gente traz, que também são fáceis de mensurar, são fáceis de vocês verificarem na internet, eles estão disponíveis. Esses não são indicadores de difícil acesso. Não sou eu, como contadora, ou secretário, com uma senha individualizada, que tenha acesso, são indicadores, que se vocês colocarem na internet, até naquele site da Agenda 2030, é bem fácil de você consultar, de você ver esses números, e a evolução de cada município também. Na saúde, a gente tem a cobertura populacional de estratégias de saúde da família, ali inverteu os números, os desejados, para o recente. A cobertura vacinal da tríplice viral, também a gente quer aumentar o número. A despesa total por saúde, por habitante, vocês vejam que é um número que é uma despesa, que é um número bem específico que você tem ali, o valor, em termos monetários, de quanto o município gasta por habitante. Então eu tenho um valor de R\$ 1.254,63 (mil duzentos e cinquenta e quatro reais e sessenta e três centavos), e o município deseja chegar a R\$ 1.505,55 (mil quinhentos e cinco reais e cinquenta e cinco centavos), é um número bem específico. E agora a gente parte um pouquinho para LOA. Eu sei que números podem ser enfadonhos, possam até dar sono na gente, tem momentos, mas tentem captar a essência. A gente vai trazer um pouquinho dos números, não vou trazer a LOA completa para vocês, eu acho que são umas trezentas páginas, Tide está com ela, Tide pode mostrar, umas trezentas páginas. Senão a gente ia passar a noite todinha aqui trazendo, porque ali muitas vezes os valores se repetem. Eu

tenho os números estabelecidos, e dentro da LOA, ela vai se separar por função. O que é função, Eveline? É o que a gente chama unidade orçamentária, mas é: saúde, educação, assistência social, cultura. Aí vai ter outro anexo que vai dividir anexo que vai dividir por ações dentro do orçamento, e as ações várias, aí vai ter outro anexo que vai separar esses valores por fonte de recursos, que esse, minha gente, sem querer falar para vocês, mas eu acredito que os vereadores têm esse conhecimento, a população pode não ter. Mas quando a gente trata de LOA, e quando trata de números, por exemplo, vocês veem ali o valor total lá embaixo de quinhentos e cinquenta e três milhões, mas desses quinhentos e cinquenta e três milhões, na hora que a gente vai preparar o PPA, não é um número redondinho que eu saí separando da forma que eu quero, por quê? Porque eu tenho que seguir os critérios, e um deles são as fontes de recursos determinadas pela Secretaria do Tesouro Nacional. Eveline, o que são fontes de recursos? Vou tentar ser bem breve para vocês conseguirem compreender, para quem não tem o conhecimento. Tiremos pela educação, na educação existem inúmeras fontes de recursos, a primeira e a principal: FUNDEB. O FUNDEB, tem mais setenta e trinta; FUNDEB complementação VAATE, FUNDEB complementação VAAR, FUNDEB complementação VAR, e agora FUNDEB complementação matrículas em tempo integral. Então é um recurso, mas que, na hora da divisão, eu tenho várias fontes de recursos. Quando o município recebe, ele recebe esse valor separadinho, e eu tenho que destinar ele separadinho. Então só o FUNDEB, a gente tem várias fontes. Existem outras fontes: transporte escolar, merenda escolar, o QSE, isso federal, o PPDE. Hoje em dia a gente recebe o FNDE, que pode ser tempo integral ou não. Então, assim, só na educação. Aí a gente vai pra fonte do Estado, que tem a fonte do Estado de convênio, de emendas parlamentares, e a gente tem o recurso próprio dentro do município. E eu citei por cima, pra gente tentar ser mais breve. Então, quando a gente vai tratar dos números, esse número não estar ali, eu decido quanto vou colocar na educação, eu decido quanto eu vou colocar na saúde. Lógico que a gente tem que atender os limites constitucionais, saúde, educação e índice de pessoal. A gente tem que atender, a gente não está tratando de algo que não leve a técnica em si. Mas não é um número que eu simplesmente divido como eu quero. Após eu seguir receita por receita, fonte por fonte, aplicar a técnica, que o nosso secretário explicou bem, quando ele falava que são projeções, de acordo com a arrecadação, de acordo com a inflação e de acordo com os relatórios que o STN - Secretaria do Tesouro Nacional, o Ministério da Educação repassa pra gente, o Ministério da Saúde repassa pra a gente. Então a gente tem que seguir esses critérios, e seguir as fontes de recursos, que é complexo, mas eu não posso deixar de falar, porque se eu falar só o número para vocês, se tornaria um número gigantesco e poderia parecer que a gente dividir como eu quero. Por que, Eveline, você não coloca no orçamento de Patos que existe uma demanda da população para a construção de um hospital, vamos supor? Porque você não pode direcionar cem milhões desse recurso para o hospital, não tem como, é inviável, porque eu tenho que atender as fontes de recursos, eu tenho que dizer de onde o dinheiro vem e para onde ele vai. E eu tenho que atender os limites constitucionais, e eu tenho que atender as demandas do município como um todo. Então, assim, é uma coisa que parece simples, mas, na hora da projeção e execução, ela é bem complexa, por conta dessas subdivisões dos valores em fontes. Então a gente aqui, na administração direta, que é aquela que é vinculada à Prefeitura, no próximo vocês vão entender o que é a direta e a indireta. A gente tem as receitas correntes e receitas de capital. Acredito que a maioria saiba, que receitas correntes são aquelas da manutenção, do dia a dia; e as receitas de capital são aquelas que a gente chama de investimento, aquelas



recitas que são destinadas a compra de um bem, a aquisição de um veículo, a construção de um prédio, a construção de uma escola, essas são as chamadas receitas de capital. Então a gente tem receitas correntes para o Exercício 2026 em torno de quinhentos e vinte e dois milhões, e receitas de capital em torno de sessenta e sete milhões. Agora a gente trata da administração indireta para o município. O que é administração indireta? São o que a gente chama hoje de autarquias, por exemplo, o instituto é administração indireta. Em Patos a gente tem o instituto e a STTRANS, que são administração indireta. Aqui estão a previsão das receitas para o RPPS, Instituto Próprio de Previdência, e para o órgão da STTRANS, que são administração indireta. A gente tem de receitas correntes, ali está separada corrente e corrente, porque esses órgãos são as receitas que vêm, elas são todas correntes. A gente tem aquelas taxas e contribuições, muito provavelmente essas que vem da STTRANS, e ali a gente tem o que o Instituto recebe. O segurado, que é aquele que retém do servidor, e a parte patronal, que é a parte que a Prefeitura repassa para o instituto próprio de previdência. Aqui é despesa. Lá a gente estava vendo receita, e agora a gente vê despesa. Tem uma parte, que eu não falei para vocês, mas depois desse "leriado" todo. Uma vez um vereador disse "a senhora venha aqui com esse leriado todo", eu tive a minha previsão de receita. E quando a gente faz a previsão de despesa, geralmente dá maior. E o que é que acontece? Na gestão pública, a gente tem algo chamado regra de ouro, que a despesa não pode ser maior do que a receita, ela tem que esta estabelecida até o limite da minha receita. Então, após esse movimento todo, eu ainda tenho que estabelecer que minha despesa não pode ser maior do que a minha receita. Então aqui a gente tem as despesas separadas por unidades orçamentárias, e aqui eu queria chamar atenção para vocês nesse primeiro quadro, se vocês olharem o item 2.090, a Secretaria Municipal de Patos tem para 2026, cento e setenta e sete milhões, enquanto que a Controladoria Geral do Município tem apenas quinhentos e sessenta e oito milhões. Aqui está a Secretaria de Saúde, ali a gente tem o Fundo de Saúde, e porque aqui é separado por unidades orçamentárias, de acordo com a estrutura administrativa do município, a gente faz separado. Geralmente saúde e educação levam um volume gigantesco de recursos dentro do orçamento do município. Por que, Eveline? A primeira coisa, existem os limites constitucionais que todo gestor no Brasil precisa atender, e a segunda, eu digo sem medo nenhum, é porque esses fundos recebem os recursos já direcionados, a exemplo do FUNDEB, que já vem direcionado para a educação, PNAE, PNAD, já vêm direcionados para a educação. Da mesma forma, a gente tem os recursos da saúde, que já vêm direcionados para a saúde, através do Fundo Nacional de Saúde. Se o município só possui atenção primária, ele vai receber tanto, se o município possui atenção primária e atenção especializada, de acordo com o número de atendimentos, de acordo com o número de metas atingidas, de acordo com vários critérios, que também é o secretário de saúde que vai saber informar melhor, ele vai receber outro valor. E aqui não é um privilégio de Patos, não, eu tenho andado a Paraíba toda, não me lembro de ter passado em nenhum município onde saúde e educação não representasse o maior volume dentro do orçamento. São os maiores volumes de valores dentro do orçamento, porque a gente já tem recursos direcionados para essas pastas. E aqui a gente tem as despesas da administração indireta, a gente tem a STTRANS e o Instituto próprio de Previdência, que também em Patos é um valor consideravelmente grande, um volume grande dentro de despesas, ou seja, ali é pagamento de inativos, a grande maioria. E lógico que tem a parte de manutenção, administrativa, dos servidores, mas a grande maioria são pagamentos dos pensionistas e dos aposentados. Como eu falei para vocês, a gente tem cinco milhões, por mês, apenas

com o RPPS, é um volume grande de despesa. Se a gente tirar o valor de manutenção do Instituto, porque a gente não tem só folha, a gente tem a manutenção do Instituto também, mas acredito que não vai chegar a um milhão. Então o volume maior será de inativos. Chega ao fim dos meus números enfadonhos para vocês hoje, estamos aqui para mostrar um pouquinho dos números de uma forma mais didática". Com a palavra, o **Vereador Italo Gomes** disse: "Você lembra mais ou menos a previsão orgamentária do ano passado, do exercício deste ano de dois mil e vinte e cinco?". A senhora Eveline disse: "Não, mas eu posso olhar para você, e lhe respondo já". O **Vereador Italo Gomes** disse ainda: "Só pra gente saber se atendeu essa previsão, se esse ano a gente bateu a meta, para começar a trabalhar com dados reais, porque para dois mil e vinte e seis a previsão é de seiscentos e dezessete milhões. Era somente para saber como foi o planejamento de dois mil e vinte e cinco, e se atingiu". A senhora Eveline respondeu: "A gente não encerrou ainda, temos o mês de dezembro, porque temos um por cento que entra do FPM, e o FPM teve um ligeiro aumento nesse final de exercício. Mas a gente pode ter uma projeção de quanto vai caminhar. Não vou lhe responder nesse exato momento, porque eu não consigo abrir o arquivo, mas eu baixo para você". O **Vereador Italo Gomes** disse: "Mas você tem mais ou menos ideia se está caminhando bem para atingir a meta?". A senhora Eveline disse: "Eu vou lhe responder não como Patos, porque eu não tenho dados exatos de Patos, eu posso lhe responder como contadora que acompanha vários municípios na Paraíba, e no escritório, muito mais, porque eu trabalho diretamente com três municípios, mas a gente trabalha com mais de vinte e cinco. Eu posso lhe dizer a realidade que a gente tem. Esse ano a grande maioria dos municípios está conseguindo atingir, a previsão é de que o que foi previsto seja arrecadado. Se não for número exato, vai ser bem próximo. Diferente do ano anterior, que a gente teve uma queda realmente. Eu vou lhe dizer o porque. Eu posso tentar explicar para ficar mais claro. Você diz: 'Eveline, se o município vai atingir as receitas, vai atingir o que foi previsto?'. Mas lembra o que eu falei das fontes separadinhas? Se a gente for analisar as fontes, elas são diferentes, por que? Porque esse ano tivemos um volume de emendas parlamentares dentro dos municípios, pelo a realidade nos municípios em que eu trabalho, existe um volume bem maior, geralmente essas emendas vêm para os municípios, e vêm direcionadas: saúde, assistência social, e alguma coisa de infraestrutura vem também. As receitas próprias do município, a grande maioria, é para menos, ou seja, ele não está conseguindo cumprir. Se eu analisar um número total no geral, então eu vou estar cumprindo, mas se eu analisar por fonte de recursos, eu não vou conseguir cumprir. E aí eu já adianto para vocês aqui, está aqui o nosso secretário de Receita, e ele não vai me deixar mentir, o que é que a gente vai ver, provavelmente no próximo exercício, em dois mil e vinte e seis? Tivemos uma reforma tributária, com a aprovação da isenção do imposto de renda, que até então a gente não tinha essa previsão na nossa LOA, e na grande maioria dos municípios vai haver uma queda dessa receita. Por que? Porque existia muita arrecadação, principalmente os municípios menores. Patos já é um município grande dentro da Paraíba, mas a realidade dos outros municípios é que não existem supersalários, os salários são menores, então essa arrecadação do imposto de renda não vai existir, e a tendência é que em dois mil e vinte e seis exista essa diminuição dessa receita". O Secretário da Receita, **Marcos Antônio**, disse: "O que está deixando de ser arrecadado, inclusive, está sendo motivo de debate em Brasília, porque os municípios está se reunindo para buscar uma saída, uma

forma de compensar, porque eles consideraram que é muito bom fazer política com o chapéu dos outros. O grande debate está aí. Só se pensou na isenção, e não nas consequências, que o impacto que é muito grande para os municípios". Na verdade, aí não se trata de uma receita própria, dentro do IPTU, ITBI, ISS, é uma receita que vem proveniente do governo federal. O que é que acontece? O imposto de renda, quando é arrecadado pelo município, é incorporado cem por cento, não é isso, Eveline? A senhora Eveline respondeu: "Exatamente. Se eu pago um servidor dentro do município, aquele que foi retido no momento do pagamento que o município pagou, ele é incorporado dentro do município". Segue falando o Secretário de Receitas: "Do patrimônio do município. O imposto de renda, que é descontado no contracheque dos vereadores, fica para o município. Não é uma coisa que vai para a União, e a União faz o repasse, já fica direto. E depois disso, não vai ter mais essa arrecadação daqueles que ganham até cinco mil. Para a realidade, é alta sim". A Senhora Presidente disse: "Eu estava explicando ao Vereador Ítalo, que previsão não é obrigação. Quando se faz a previsão, é uma previsão que poderá chegar, mas poderá não chegar. A gente sempre coloca algo a mais. É uma previsão". Com a palavra, o **Vereador Jônatas Kaiky** disse: "Apenas para fazer um registro. Hoje, dia doze de novembro, dia do diretor, e está aqui presente Cleide, representando a educação de Patos, da Escola Alírio. Eu quero parabenizá-la. Seja bem-vinda a esta Casa!". Atendendo convite da senhora Presidente, fez uso da palavra o secretário **Salvio Salvador**: "Boa noite a todos e todas. Boa noite, Presidente Tide. Muito obrigado, mais uma vez, pelo convite para estarmos juntos aqui, nesta noite. Falando sobre a Lei Orgamentária Anual, nosso Plano Plurianual, e de como a população de Patos desenhou esse Projeto de Lei que está na Casa. Quero também agradecer a todos os Vereadores que se fazem presentes, todos os Vereadores que não puderam estar aqui, mas estão em suas tarefas, em outros lugares, mas que têm honrado o trabalho dentro desta Casa. Quero também agradecer a presença de todos os representantes, secretários e secretárias, meu amigo, secretário Marcos, da Receita, secretário Ullisses, de juventude, Tabata Alexandre, que é a pessoa responsável, todos esses anos, por desenhar e transformar todos os pedidos, que as pessoas fazem na nossa cidade, nesse Projeto, que a gente termina entregando à população aqui na Câmara. Em nome de Tabata, quero parabenizar toda nossa equipe, que roda esse município, que visita as associações, que conversa com os conselhos de direito, e que esse ano, especialmente, tivemos uma ajuda muito boa que foi da equipe e diretamente do nosso companheiro e amigo Ullisses Neto, que rodou essa cidade junto conosco. Eu disse: Ullisses, já que você está na juventude, vamos diminuir pelo menos quarenta por cento do meu trabalho, vamos começar com a juventude. Estamos aqui hoje com a Câmara repleta de juventude, e a gente precisava iniciar o ano, através do orgamentinho, como citou bem à nossa Presidente e, depois, dialogar com a juventude, trazendo alguns eventos que eu vou citar aqui durante a minha explanação. Vereadores e Vereadoras, esse momento, que a gente teve uma aula grande, na fala do nosso companheiro de luta e trabalho, Marcos, Secretário de Receita, a nossa querida nos deu uma aula de Plano Plurianual, de Lei Orgamentária Anual, tecnicamente, professoras, mas eu venho aqui falar da parte social, minha Presidente do Conselho da pessoa com deficiência. E com isso, as pessoas começaram a mostrar, mais uma vez, que essa ferramenta tem funcionado. A escuta popular, o momento aonde a gente abre, desde a Lei de Diretrizes Orgamentárias, quando a gente passa também pra Lei Orgamentária Anual, e aí começa através do Orgamentinho Participativo, aonde crianças do nosso município desde a sua primeira infância chegam pra poder dizer o que elas pensam para o presente

e para o futuro delas, que é algo incrível, que a Câmara de Vereadores já abracou, e todos os anos se faz presente nessa escuta, junto com o Prefeito Nabor, a secretária Helena, diversos secretário também vão participar desse momento, e veem como é que é feito o processo, onde a gente planta cidadania desde a infância, e onde as crianças apontam o que é que elas pensam, o que é que elas querem. A gente pensa muitas vezes que elas vão reclamar do lanche na escola, ou pedir uma melhoria de uma bola, de um brinquedo, mas elas começam mostrando o que pensam pra ruas delas. E é diferente, Vereadora Lucinha, porque desde o primeiro ano as crianças dizem assim: 'Eu quero água na minha torneira ou eu quero essa rua calçada'. Todos os anos a gente vem recebendo surpresas diferentes, pedidos diferentes, e as crianças são verdadeiros adultos, mas com pouca idade. E às vezes a gente terminava tolhendo. E nós somos a experiência viva no Estado da Paraíba, quicá no Brasil, de que podemos sim, e devemos escutar os nossos filhos e filhas, netos e netas, pra fazer a diferença no nosso futuro. E com isso, inicia-se. O Prefeito Nabor já determinou, desde o primeiro ano, de que tudo se inicia com as crianças. Esse ano, começamos com passos diferente, desde que o secretário Willisses assumiu, puxando as coisas também pra juventude, e pulamos para um grande encontro que tivemos aqui, especificamente a Caravana Nacional da Juventude, veio o Ministro da Juventude do Governo Lula; o secretário Nacional de Juventude, Ronald Sorriso, esteve aqui com a gente na cidade de Patos, Prefeito Nabor, e a Câmara de Vereadores também se fez presente no Patos Shopping, onde a gente reuniu jovens da Paraíba inteira, Secretário, secretárias, prefeitos, vice-prefeito, os vereadores da nossa cidade, e outras cidades ao redor, estiveram com a gente aqui, debatendo o futuro da juventude, o que a juventude queria também para o hoje e para o futuro dela. E aí foi importante porque nesse meio a gente criou essa nova ferramenta, porque nem o governo do Estado fazia. E chamamos o secretário Junior Caró, que hoje não está mais como secretário do Orçamento Democrático Estadual, mas está como secretário de Participação Popular e de Escuta Popular do Governo Lula, em Brasília, no Gabinete do Presidente, fazendo isso agora. E foi muito importante, porque criamos a ferramenta do OP Juventude. O OP Juventude, que nós fizemos isso juntos, Willisses, escutando e conversando com a juventude, além de fazer esse momento na caravana. E aqui na cidade, nós lançamos pra o Estado da Paraíba o ID Jovem, que é a Identidade da Juventude, específico pra poder ter alguns ganhos, e conseguimos escutar várias demandas da juventude. E uma delas, que o pessoal da Universidade Federal, os jovens da Universidade Federal, estudantes lá, começaram a conversar com a gente sobre o transporte público, e com o Prefeito Nabor, sobre a questão da segurança pública, entre tantas outras que estão nesse relatório que nós entregamos à Casa, através da nossa Presidente Tide. E nisso, além da escuta de juventude, nós tivemos o Escuta Nuca, que Willisses também assumiu. Eu tenho repetido o nome de Willisses, porque Willisses tem assumido atividades em cima de atividades com a juventude, com os adolescentes do nosso município, que assumiu o NUCA também, o apoio e a articulação do NUCA no município, que o Núcleo de Cidadania dos Adolescentes. E nesse processo, a gente conseguiu fazer com que os estudantes confiassem na gente, porque adolescente é difícil, muitas vezes eles falam muito, mas também muitas vezes eles se retraem. E aí nas visitas que nós fizemos às escolas, conseguimos também captar dos adolescentes algumas sugestões, alguns pedidos. Às vezes aquele pedido que toca no lado pessoal, que é a questão do psicólogo nas escolas, a questão da melhoria do fardamento, isso que fosse no Governo do Estado, que fossem na Prefeitura, o fardamento, muitas vezes, eles queriam uma camisa diferente, melhor, entre outras coisas. São coisas mais simples, mas

as coisas mais complicadas ou mais elaboradas, como o psicólogo em si. E muitas vezes, eles pediam também capacitações. E isso é interessante porque você ver que a busca deles pelo futuro, eles começam acender essa chama pela responsabilidade. Muitas vezes, quando eu disse, a gente não quer escutar a criança, manda o menino calar a boca, porque, quando o menino fala, está atrapalhando o adulto, e aí a gente transforma isso num documento de orçamento. Quando o adolescente, que é rebelde, muitas vezes, em casa, ou se comporta de forma diferente, mas quando a gente chega e dar oportunidade de ele ser cidadão, e dizer o seguinte: 'se você fosse o prefeito, o que é que você faria? Se você fosse vereador, o que é que você faria? E aí eles começam a falar e se abrem nos momentos de escuta, e nós transformamos na realidade deles, quer dizer, no desenho do orçamento para o ano que vem tudo o que eles pensam ou sonham, naquilo que é exequível, aquilo que pode ser executado. Ao mesmo tempo, Vereadora Fátima, a gente depois veio fazer a escuta, que eu chamo de orçamento, carinhosamente falando, nós começamos com o orçamento, o 'escuta NUCA', que são os adolescentes, o OP de Juventude, e fechamos o ano com o orçamento. E nesse processo da escuta geral, nós conseguimos, mais uma vez, distribuir em pontos públicos da cidade, nas escolas, UBS, nos conselhos de direitos, nas associações urbanas e rurais, e aí tivemos uma diversidade de participações. E essas participações, nesse índice aqui vocês vão ver as áreas de maior destaque. Nós colocamos, esse ano, algo diferente no formulário, e pedimos que as pessoas pudessem apontar o que é que elas estavam vendo na gestão. E aí nós tivemos 58,55% (cinquenta oito, virgula cinco por cento), primeiro lugar, a educação. Segundo lugar, a saúde, e terceiro lugar a primeira infância, com 17,5% (dezesete virgula cinco por cento), que aí você termina dando uma misturada em todos os três, porque a questão da primeira infância envolve tanto a educação, quanto a saúde, e a própria assistência social. Então esses índices nos mostram que há quatro orçamentos atrás, assim que o Prefeito Nabor assumiu a terceira gestão dele, nós começamos a fazer a escuta popular. Não tínhamos as plenárias presenciais, mas a escuta começou a rodar. E naquele momento de saída de pandemia, a gente viu que o primeiro índice era saúde. Era lógico, porque a gente estava no meio de uma pandemia, nós tínhamos vinte e oito UBS, naquela época, interditas, e, consequentemente, Segundo, depois Leônidas assumiu, e a continuidade no processo de abertura, eu lembro que Nabor sempre elogia, e a gente ver, diretamente ele elogia a Câmara, porque se não fosse a Câmara dando empenho aqui dentro, pra que a gente pudesse trabalhar pra desinterditar as UBS, a gente não teria conseguido. Juntamente com o trabalho de Francisca Motta, juntamente com o trabalho do Deputado Hugo Mota, todo esse conjunto, a gente não estaria com esse índice, tendo uma segurança em educação, saúde, dessa forma; a gente não estaria assim. Então é uma evolução de quatro, cinco anos, pra poder chegar nesses números. E no primeiro ano, um índice de atenção, de urgência, que precisava trabalhar, era saúde, o segundo era desenvolvimento social, que era fome e emprego, e o terceiro, era a própria educação. No segundo ano, depois que a saúde começou a trabalhar a reabertura das UBS, quem vem pra primeiro? A educação. Mas por que a educação veio pra primeiro? A gente começou a estudar, eu lembro que a gente discutindo, eu, Tabata, Ziraldo, Raniéri, Janio, Débora, a turma toda, a equipe, a gente querendo descobrir porque a educação veio pra primeiro. Por que foi? Porque começamos a trabalhar o método aprender, começamos a buscar melhoria da educação, e os pais dos alunos, tanto da rede privada, quanto da rede pública, e os que não estavam estudando, e também fizemos a busca ativa, há de lembrar isso, muito bem feita por sinal, começaram a procurar o ensino municipal, o ensino público. E aí começamos a ter que

buscar o quê? Melhoria do método educacional, e também a gente começou a ter que trabalhar o aumento de sala de aula, tanto pra creche, quanto para o ensino fundamental. Então a consequência da mudança foi essa. A saúde desceu pra terceiro, mas se manteve assistência social, por que? Busca de emprego e a questão da fome. E foi quando a gente começou a trabalhar fortemente o PAA, o Plano de Aquisição de Alimentos. Com isso, começaram a se evoluir, e aí começaram a se misturar as áreas, e começamos a ter que fazer outro tipo de escuta, ou de índice, pra poder coletar assertivamente o que a população queria que se melhorasse. Então, com isso, Presidente, a gente fez esse desenvolvimento. Eu não vou me alongar mais, porque eu sei que vocês também têm estudado muito a questão orçamentária, eu tenho escutado a população na rua. Esse material que está aí em suas mãos que, mais o material do orçamento, o resumo do que a população pediu, que foram duas mil cento e quarenta e oito pessoas escutadas neste ano. Então tudo isso está aí, mas está trabalhado pela equipe, como eu citei, e que a gente possa estar também acolhendo as sugestões da população, que foi feita no Orçamento Participativo de 2025, para a Lei Orçamentária de 2026 e o Plano Plurianual 2026 a 2029. Então eu quero agradecer mais uma vez, e dizer que me sinto feliz em estar aqui novamente, junto com todos vocês da Câmara de Vereadores, que me orgulham tanto. E agradecer ao Vereador Italo, a Vereadora Brenna, ao Vereador Jonatas Kaiky, a Vereadora Fátima Bocão, a Vereadora Lucinha de Chica Motta, ao Vereador Samuel Pinto, a todos que nos assistem nas redes sociais e a todos os presentes. E dizer muito obrigado. Que Deus abençoe a vida de vocês e que continue dando sabedoria pra continuar os trabalhos. Muito obrigado". A senhora Presidente disse: "Ouvindo aqui atentamente, eu questionava e pensava, o Vereador Samuel, a Vereadora Lúcia, Vereadora Brenna e o Vereador Jonatas, primeiro ano que nós iremos votar juntos o orçamento do ano 2026, e o primeiro ano também, já que eu, a Vereadora Fátima e Italo já estávamos na Legisatura passada, iremos votar juntamente o Plano Plurianual. Um plano tão importante no município, o PPA, como nós chamamos, ele abrange o primeiro ano do novo Prefeito que será eleito em 2028. Pra ver, Samuel, o tamanho da nossa responsabilidade em votarmos o orçamento, votarmos o PPA, o Plano Plurianual, e votarmos também modificações a LDO. Então esse plano é maior do que se pode pensar, são três anos de sequência, mais um ano do novo Prefeito que será eleito em 2028. Olhe o tamanho da nossa responsabilidade, Diretora. Sem falar no orçamento do ano 2026. Então, quando se fala de LDO, que nós votamos e tivemos também a Audiência, que é a Lei de Diretrizes Orçamentárias, nós votamos em junho, que essa Lei de Diretrizes é justamente pra que se faça o planejamento do orçamento. Então, hoje, nós estamos aqui nesta audiência, onde agradecemos a Marquinhos, que é assim que nós o chamamos carinhosamente, a Eveline, a Sávio, que tem feito esse trabalho brilhante com a nossa juventude, mas é algo maior. O orçamento do município, Diretora, é onde nós podemos trabalhar o próximo ano. Olha o tamanho da nossa responsabilidade como vereador em dizer a Patos que nós estamos aprovando algo pra o nosso município, o planejamento. Assim como a diretora, a professora faz o planejamento dentro de sua sala de aula, o município também faz a sua. E aqui nós estamos pra discutir e para dizermos ao povo de Patos: a cidade tem planejamento, a cidade tem orçamento. E nós não paramos por aqui, dentro de alguns dias, no dia três de dezembro, a Comissão Mista de Orçamento, que está aqui completa, o Vereador Italo, a Vereadora Brenna e o Vereador Jonatas, são os responsáveis por dar os pareceres do orçamento, do PPA, como também de todas as emendas, ordinárias e impositivas, que nós vereadores temos o direito de apresentar, pra no dia onze de dezembro nós fazermos a votação do orçamento. Então

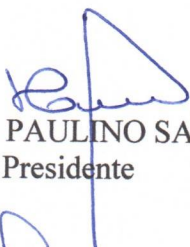
é algo maior, é algo de extrema importância e de responsabilidade, como nós vereadores. Mas isso mostra o tamanho da responsabilidade da Câmara de Patos, em ter sua organização, ter seu planejamento, o seu calendário todo organizado. E aqui eu quero agradecer aos vereadores que vieram participar desta audiência, que mostra que realmente tem responsabilidade. E quero também justificar a ausência dos demais, quem não pôde participar também, porque já tinham algo, que não pôde participar nesse momento, mas tenho certeza da capacidade e da responsabilidade de cada um. E tenho certeza também que todos irão votar e aprovar o organismo, que é tão importante do nosso município". Com a palavra, o Vereador Jonatas Kaiky disse: "Senhora Presidente, apenas pra complementar as palavras de Vossa Excelência, uma Audiência Pública muito importante, para discutirmos a LOA 2026, haja vista a presença de Eveline, representante do Escritório Clair Leitão, o secretário Marquinhos, da Receita, o secretário Sálvio Salvador, esse grande secretário também, que é Wilisses Neto, Sálvio, como você bem fundamentava, explicava, existe uma Secretaria De Juventude antes de Wilisses, e uma depois. Nós sabemos que Wilisses realmente está um trabalho com excelência, buscando capacitar a juventude, buscando capacitar os adolescentes, trazendo espaço, gerando emprego e renda no esporte, no lazer. Então, muita coisa também que está na LOA, refere-se a você, meu amigo, por seu trabalho. Meus parabéns! Conte com esta Casa. As minhas amigas: Cleide, Rejane, Jasmima, que estão nesta sessão, dizer que contem conosco, enquanto Presidente da Comissão Mista de Organismo, para que possamos estar cada vez mais nos debruçando, para que, em breve, possamos estar aqui aprovando essa LOA, tão importante. Muito obrigado, Presidente". Com a palavra, o Vereador Italo Gomes disse: "Assim como os demais colegas e a senhora, gostaria somente de fazer minha passagem aqui, como uma fala de agradecimento aos secretários em estiverem aqui conosco, a Eveline, que veio trazer a mensagem da contabilidade da Prefeitura, enfim, dizer que esse momento realmente importante. E eu ficava pensando aqui, o quanto nós precisaríamos de uma noite, onde a população estivesse aqui realmente em massa pra ver uma discussão, que eu costumo sempre dizer que a lei mais importante que esta Casa vota, todos os anos, é a LOA. Nós sabemos que nada funciona se a gente não tiver realmente uma LOA que seja aplicável, que seja realmente real e nada imaginário. Mas, quando eu pensava sobre isso, ao mesmo tempo me vinha a cabeça que aqui nós estamos com uma representação de sete vereadores, e que aqui tem uma representação de uma quantidade de pessoas imensas, porque as pessoas que votaram nos vereadores, acredito traz pra gente uma responsabilidade, uma representação. Então nós estamos aqui representando a população de Patos, esta Casa realmente tem esse papel. Quando Tide disse que a Comissão Mista de Organismo está presente aqui, de fato nós estamos. Eu tinha até outro compromisso, mas fiz questão de estar aqui exatamente pela responsabilidade que esta Casa trouxe pra mim, em ser o relator da Comissão Mista de Organismo, que vai fazer análise de tudo, e a gente tem esse compromisso de fazer de que essa cidade ande. Quando Tide falava da importância, eu até dizia a ela: Presidente, se esta Casa não votar, a nossa pauta é travada. Pra você ver a importância que é a votação do Legislativo, com relação a apreciação sobre a Lei Organizatória. A gente não entra nem sequer em recesso, enquanto não votar a LOA. Pra você entender o quanto é importante. Qualquer outro Projeto de Lei pode ficar engavetado, pra votar no próximo ano, no próximo semestre, mas a LOA a gente tem que votar antes do período de recesso desta Casa. Então, isso mostra o peso, isso mostra a importância dessa matéria. E eu dizia numa entrevista à TV Câmara, que não é o momento

somente da gente discutir realmente números, porque se a gente for pautar sobre números, muitas vezes a população nem entende, se a população não vai entender nada do que está sendo colocado aqui, em grande maioria. Talvez tenha um ou outro que entenda, mas em grande maioria não entende. Mais como é importante a gente ter uma presença de uma diretora, para que essa diretora leve a mensagem para escola, que para essa escola estar funcionando tudo que tem lá está sendo discutido aqui, nessa lei orgamentária. Sem essa lei, a merenda escolar talvez não chegasse; sem essa lei, o salário dos professores, dos profissionais não chegasse. Então são coisas que, muitas vezes, na ponta, a pessoa que recebe o serviço não entende a importância desse momento. E tudo o que funciona no nosso município, de serviços, de ações, salários de servidores, tudo, até pra esta Casa estar aberta hoje, essa lei tem uma importância muito grande, porque a nossa fonte de existência vem do duodécimo, que é feito do repasse, através do orçamento do município. E aqui a gente discutida exatamente valores com relação à Câmara. Quando a Presidente falou sobre a previsão orgamentária, nós estávamos discutindo aqui a previsão orgamentária para o trabalho da Câmara acontecer. Então, agradecer, mais uma vez, ao finalizar, dizer que foi muito importante essa fala de vocês, essa vinda de vocês aqui. Nós somos o Poder Legislativo, e vocês representam o Poder Executivo, mas como a Constituição diz, nós temos que ser poderes harmônicos e trabalhar em harmonia, porque quem ganha com isso é o povo, que é o principal interessado para que essa discussão seja de alto nível. Então muito obrigado. Sejam todos bem-vindos. E se Deus quiser, nos próximos dias teremos aprovação da lei, do PPA e de todas emendas ordinárias e emendas impositivas desta Casa. Muito obrigado". A senhora Presidente disse: "Que conste em Ata também a importância da contabilidade do município, aqui na pessoa de Eveline, que está representando que esta representando Clair, que nós sabemos da importância da contabilidade, e também dos prazos. Nós sabemos pra esse orçamento está aqui, hoje, ele tem um prazo, até trinta e um de agosto, e sempre foi cumprido, Eveline. Então quero agradecer, e dar os parabéns a contabilidade de Clair Leitão. E também, Vereador Ítalo, tudo isso que você estava olhando aqui, tudo isso já tinha passado por todo um planejamento, tanto da Câmara, como do próprio município, que o orçamento da Câmara vem dentro do orçamento do município. Então, tudo isso é um planejamento, é uma questão de organização, pra que a gente caminhe em passos largos". Com a palavra, a **Vereadora Brenna Nobrega** disse: "Presidente Tide, em seu nome gostaria de saudar a todos os vereadores e vereadoras aqui presentes. Em nome do meu assessor Tales, gostaria de saudar todos que estão aqui. Dizer da importância dessa noite de hoje, eu tinha um compromisso, mas, apesar de ser formada em direito, de ser advogada, eu não poderia deixar de vim aqui pra aprender com o secretário Antônio Marcos, com Eveline, que, sem dúvida, deu uma aula. E nós como estamos no primeiro ano aqui no legislativo, é importante, diretora, nós estamos aqui, aprendendo, pra já gente saber passar pra população o que significa a LOA, o que veio agora, no plano plurianual. Assim como a Vereadora Lúcia de Chica Mota, Samuel Pinto, Jônatas Kaiky, que é novato, é uma pena que outros colegas, que são novatos, não puderam estar presentes, por ter outros compromissos. Mas, sem dúvida, foi uma aula muito importante. E quero dizer que vocês dizem que, pra mim, é uma satisfação estar compondo a Comissão Mista, ao lado do Vereador Ítalo, ao lado Vereador Jônatas, apesar de nós, Jônatas e eu, sermos novatos aqui na Casa, nós contamos com a experiência, a inteligência e a sabedoria do meu amigo, o Vereador Ítalo Gomes, que, sem dúvida, ele nos ajuda bastante, orientando-nos, é o nosso

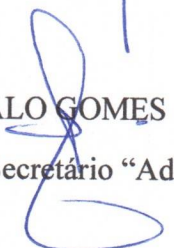
professor. Desde a Comissão da CCJ, não é Lúcia, a gente tem sorte de ter Ítalo. Vez ou outra a gente tem uns embates, mas a gente tem uma amizade muito especial. Eu digo sempre a ele: eu tenho uma ligação muito forte com ele, uma amizade pessoal da gente, relacionado a nossa vida pessoal, mas quando vem para as coisas da política, é entre tapas e beijos, mas o que vale é o amor sincero. Obrigada a todos e a todas". Com a palavra, o **Vereador Samuel Lima** disse: "Boa noite a todos os colegas vereadores, em nome de nossa Presidente. Quero agradecer a presença dos nobres secretários hoje, que vieram com essa bagagem de esclarecimentos. E gostaria de começar com essa fala, muito chamativo, popular, aos nossos munícipes, aos cidadãos, aos contribuintes, que tenham mais interesse em assistirmos nós vereadores aqui na Casa, pra que vocês vejam e acompanhem com clareza o equilíbrio que a gente vem junto à Câmara, com o Executivo, com o Prefeito, em nome do nosso Prefeito Nabor Wanderley, secretário Antônio, aqui hoje, com esclarecimento, com valor da Lei Orçamentária Anual, da nossa LOA 2026, mostrando os fins do que gerado com o organismo do município, transformado em benefício para toda nossa população. Quero agradecer a presença, quero agradecer pelo equilíbrio, tanto financeiro, como contábil. Vocês hoje aqui deixaram bem claro o comprometimento voltado com todos aqui. Wilisses também, que está com nosso amigo Salvo, parabéns a todos vocês. Deixar uma fala alusiva, que vocês, hoje, não deixaram nada a desejar. Obrigada a todos vocês pela presença. Como vereador estou extremamente grato por toda alusiva. Boa noite a todos". Com a palavra, a **Vereadora Marilúcia de Lira** disse: "Boa noite a todos. Quero dizer aqui, por ser o meu primeiro mandato, como vocês sabem, hoje eu tive uma grande ligação, aprendi muitas coisas que realmente eu não ligava pra esta de dentro, pra estar lendo, mas quero agradecer a todos vocês aqui pela aula, que foi bem dada aqui viu. E é isso, gente, vocês estão todos de parabéns, Marquinho, Sávio, do escritório de Clair, a contadora Eveline, enfim, agradeço a vocês por tirar o seu tempo pra vim aqui dar essas explicações, que foram muito valiosas para nós. Boa noite. Sejam todos bem-vindos!". Com a palavra, a Vereadora Maria de Fátima disse: "Boa noite a todos. Senhora Presidente, aqui eu quero só agradecer por mais um ano estarmos aqui pra que a gente possa contribuir com o desenvolvimento da nossa cidade. Então é muito importante nesta noite, que pena a gente olha pra o auditório, e, infelizmente, o povo não vem participar de um momento tão especial desses. Mais aqui agradecer a todos que estão vieram, ao Marcos Antônio. Muito obrigado, Marcos, você sempre está aqui, tirando dúvidas, tanto aqui, como lá no seu gabinete. A Wilisses, a Sávio, ao escritório de Clair, e na sua pessoa, Eveline, mando aqui o meu abraço pra Clair. Ela sempre está aqui presente, quando a gente precisa. E aos demais, o meu abraço e o meu obrigado por participar deste momento tão especial, que a gente está vivenciado hoje, neste momento. Obrigada a todos". Com a palavra, o secretário **Sávio Salvador** disse: "Presidente, boa noite. Eu sei que a gente já teve o tempo de fala, mas queria só registrar uma reunião que vai acontecer amanhã. Amanhã, no Projeto Semear, nós vamos fazer uma reunião pra debater a reestruturação do Conselho de Economia Solidária do município de Patos. Então, economia solidária ajuda a microeconomia e fortalecimento da macroeconomia. Então, quer dizer, tudo isso que nós conversamos aqui hoje, fala de economia, fala da receita dos nossos contribuintes. Então, amanhã, convidar esta Casa, a Presidente, a todos que nos escutam, através das redes sociais, pra ali no Projeto Semear, quem puder se fazer presente, nós vamos trabalhar a reconstrução do Conselho de Economia Solidária. Obrigada". Com a palavra, o **Vereador Ítalo Gomes** disse: "Senhora Presidente, antes da senhora finalizar, durante a minha fala eu acabei esquecendo de fazer um registro, mas

acho que esse é um momento importante. Nós sabemos que a cidade de Patos tem uma quantidade de recursos, vindos do governo federal, muito grande. Nós sabemos que a cidade vive com receita própria, e também com emendas de cunho federal, estadual, enfim, mas aqui gostaria de fazer um registro, senhora Presidente. Nós sabemos que a arrecadação do município de Patos, deu um salto muito grande. Isso graças ao trabalho que é feito por Marcos Honório e todos os fiscais de tributos da cidade de Patos, que são excelentes, fiscais esses que trabalham diuturnamente. Nós sabemos que a política fiscal na cidade de Patos é uma política fiscal justa. E eu percebo que preocupação dos fiscais, através de Marquinhos e de todos os outros que compõe a secretaria, não é tão somente arrecadação, não tem aquela cede somente por arrecadar, nós sabemos que muitas vezes chega ali um cidadão, que não tem tanta informação, e que tem alguns benefícios garantidos por lei, e muitas vezes nem sabe, e os fiscais, com toda boa vontade, orientam e diz: 'olha essa sua dívida está nesse valor, mas aqui você tem alguns benefícios, você tem uma isenção, você tem uma prescrição, você tem um desconto, enfim, tantas ferramentas que ajudam. Eu disse hoje, inclusive, a um fiscal, que eu posso citar o nome dele aqui, que é o fiscal Adilson, e eu disse: Adilson, muitas vezes tem um contribuinte que tem uma dívida, sei lá, de sete mil reais, e se o fiscal só tivesse aquela vontade de arrecadar, pra que aquele dinheiro entrasse nos cofres públicos da cidade de Patos, e não falasse para o contribuinte que ele tinha algum benefício, se ele pagasse dentro do Refiz, que também são pautas que esta Casa, todo ano, tem o compromisso de votar, para melhorar, o ano que vem não tem, por questão eleitoral. Mas mesmo assim, o Refiz vai ainda até março do ano dois mil e vinte e seis. Então tem ainda um longo prazo, pra que as pessoas aproveitem, só que a gente que o contribuinte, quando chega lá, por ter pouca formação ou não ter conhecimentos dos seus direitos, chega lá achando que realmente tem que pagar aquele valor. E se o fiscal não tivesse a boa vontade de orientar, de chegar junto, de conversar, ficaria difícil. Eu costumo dizer que é melhor entrar mil reais nas contas da Prefeitura do que não entrar sete, pela falta de orientação. Então leve o nosso abraço, Marquinhos, leve o nosso reconhecimento a todos eles, sem exceção. A cidade de Patos é muito bem servida de fiscais de tributos. E qualquer tempo desses, eu deixo de ser vereador e vou estar lá, se Deus quiser, sendo fiscal de tributos, porque eu vou fazer o concurso e vou passar. Então leve o nosso abraço e nosso reconhecimento pra toda secretaria da Receita da cidade de Patos. Muito obrigado". Não havendo nada mais a tratar, agradecendo a presença de todos, a senhora Presidente deu por encerrada a presente audiência, às vinte horas e quarenta e sete minutos.

SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PATOS/PB (CASA JUVENAL LÚCIO DE SOUSA). EM, 12 DE NOVEMBRO DE 2025.



VALTIDE PAULINO SANTOS
Presidente



JOSÉ ÍTALO GOMES CÂNDIDO
1º Secretário "Ad hoc"